

Joyce Caroni Martins

Graduação em Pedagogia – UNISUAM

Rita de Cassia Silva Mendes

Graduação em Pedagogia – UNISUAM

Bárbara Cristina Paulucci Cordeiro Martorelli

Mestre em Sistemas de Gestão pela Universidade Federal Fluminense – UFF

Pedagoga – Professora do Curso de Pedagogia – UNISUAM

Júlia Tadeu Silva dos Santos e Paula

Mestre em Educação pela Universidade Católica de Petrópolis – UCP

Pedagoga; Psicopedagoga;

Professora do Curso de Pedagogia – UNISUAM

RESUMO

O presente artigo busca compreender a natureza como um importante e rico espaço de aprendizagem, reconhecendo a importância de haver, desde a primeira infância, esse contato diário e constante na vida da criança que inicia sua trajetória no processo educacional. Apresentam-se leis e documentos normativos que embasam e justificam a temática, objetivando atitudes e práticas pedagógicas em relação à Educação Ambiental, a fim de construir no educando, já na primeira etapa da Educação Básica, uma consciência ecológica para que se desenvolvam habilidades de preservação e cuidado com o meio ambiente. Perpassa pela importância do papel da escola e dos educadores na promoção de atividades no meio natural, que permitam que a criança construa sua aprendizagem, entendendo a si, o outro e o meio, elaborando assim sua própria visão de mundo. Por fim, defende-se o brincar como forma de aprendizado, priorizando o livre brincar e o brincar em ambientes naturais como fundamentais para o desenvolvimento da criatividade, imaginação e autonomia da criança.

Palavras-chave: natureza; educação infantil; brincar; aprendizagem.

INTRODUÇÃO

O presente artigo objetiva analisar a natureza como um espaço significativo para o desenvolvimento infantil, tendo como fundamento básico o despertar da consciência ecológica desde a primeira infância. Essa premissa possibilita o desenvolvimento de habilidades em situações de cuidado com o meio ambiente, conforme estruturado nos campos de experiência da Educação Infantil, como proposto pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Ao considerar que a consciência ecológica não é algo inerente ao ser humano, mas sim fruto de um processo educativo, busca-se examinar o papel da escola no desenvolvimento da criança como pertencente ao meio natural, bem como sua relação com a Terra. Assim, a problemática deste estudo tem como base: Por que despertar a consciência ecológica na criança na Educação Infantil?

Devido a diversos fatores da atual sociedade, as crianças deixaram de sair às ruas para brincar, tendo apenas esse contato externo quando há a possibilidade de um acompanhante adulto. “Brincar lá fora” nunca foi tão perigoso como hoje; logo, esse contato com espaços abertos, ao ar livre e, em especial, com a natureza, tem se tornado cada vez mais precário.

Como formar cidadãos com consciência de preservação, carinho e cuidado com a natureza se estes não estão vivenciando experiências em que se criam vínculos e memórias afetivas junto a ela? Crepaldi (2018) cita Vygotsky ao falar sobre essa construção de memória na criança: “Ele defende também que estas experiências que são vivenciadas na infância ficam documentadas na memória, determinando a estrutura do pensamento infantil diretamente em suas primeiras etapas do desenvolvimento” (CREPALDI, 2018, p. 45).

Portanto, compreender a Educação Ambiental nessa fase cria vínculos e memórias afetivas em relação à natureza, o que tende a resultar em uma criança com mais consciência ecológica e de preservação, despertando nela a preocupação e o cuidado com o meio ambiente. Sabendo que é durante a infância que a criança passa a ter um primeiro contato com espaços formais de ensino, a escolha do tema deve-se ao interesse em refletir como esses espaços têm ou podem favorecer esse contato e despertar da criança em relação aos cuidados com o meio ambiente.

DOCUMENTOS NORMATIVOS, NATUREZA E EDUCAÇÃO INFANTIL

“Se nos rendêssemos à inteligência da terra, poderíamos erguer-nos enraizados como árvores” (RILKE, 2018, p. 219)

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento de caráter normativo que orienta a educação escolar quanto às práticas de aprendizagens essenciais ao longo das etapas de todas as modalidades da Educação Básica, aponta a natureza como um importante espaço que oportuniza à criança vivenciar experiências importantes para sua formação. Com isso, o espaço natural deve ser utilizado nas práticas pedagógicas com objetivos de aprendizagem que impulsionem o desenvolvimento cognitivo desde a primeira infância.

Nessa perspectiva, pode-se refletir sobre quais benefícios podem ser alcançados a curto e longo prazo, utilizando os fundamentos da Educação Ambiental desde a Educação Infantil.

A BNCC cita o Artigo 4º das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil, Resolução nº 5/2009, trazendo como a criança deve ser vista, e como as práticas pedagógicas devem propiciar, por meio das

interações e brincadeiras, experiências significativas que possam criar e construir livremente seus saberes:

As propostas pedagógicas da Educação Infantil deverão considerar que a criança, centro do planejamento curricular, é sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura (BRASIL, 2009, p. 1)

Pode-se entender que durante essas interações e brincadeiras, fantasias e imaginações, a criança aprende e, por meio da sua relação com o outro e com a natureza, o docente pode mediar aprendizagens importantes sobre o meio ambiente e a própria vida, fazendo com que descobertas surjam a partir de experimentações.

Dentro desse contexto, Crepaldi (2018) explica que é por intermédio do lúdico e de brincadeiras que a criança se relaciona, cria e aprende:

As crianças pequenas possuem um desejo de participação para integrarem-se na cultura: por intermédio da brincadeira, do lúdico, do faz-de-conta, as crianças se apropriam de certos objetos dando origem ao uso de sua imaginação para concretizar as ações que imitam o trabalho humano (CREPALDI, 2018, p. 48).

Essas experiências devem ser proporcionadas na primeira etapa da Educação Básica, conforme orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil, que norteiam o exercício e desenvolvimento da criança.

Já o Artigo 9º das Diretrizes visa garantir todas as experiências que a criança nessa fase precisa ter. Para a temática deste trabalho, destaca-se o item 10, que diz: “[...] promovam a interação, o cuidado, a preservação e o conhecimento da biodiversidade e da sustentabilidade da vida na Terra, assim como o não desperdício dos recursos naturais; [...]” (BRASIL, 2009, p. 4).

Portanto, é explícita a importância de haver, já na primeira infância, a prática e o exercício diário e constante de atitudes ecologicamente positivas no desenvolvimento de habilidades de preservação e participação no cuidado com o meio ambiente.

Tendo em vista que a natureza é extremamente sensorial e que nessa fase da infância a sensorialidade é também um direito de aprendizagem e desenvolvimento na Educação Infantil, conforme lista a BNCC, algumas atividades ao ar livre podem se transformar em verdadeiras e divertidas lições. Por meio desse contato direto com o meio ambiente, podemos explorar a percepção sensorial da criança ao máximo e com elementos presentes na natureza trabalhar cores, cheiros, sons, texturas e sabores.

Ambientes naturais geram ricas possibilidades de conhecimento, descoberta e atividades. Podem ser criadas a partir de pequenas experiências, como: observar insetos, relacionar folhas de diferentes formatos e tamanhos, explorar hortas e jardins, aprender a plantar sementes, cuidados com animais domésticos, entre tantas outras.

Essas práticas, além de aproximar a criança da natureza e ajudar a criar uma atmosfera lúdica para introdução de algum conteúdo disciplinar, podem também auxiliar no desemparedamento da infância, trazendo a escola como um lugar de possibilidades e oportunidades que por vezes a criança não possui em seu ambiente familiar.

O Ministério da Educação (MEC) também traz o ambiente natural como um forte e importante cenário para a criança em pleno desenvolvimento, apresentando sugestões aos dirigentes municipais de educação e demais profissionais responsáveis pela construção, organização e funcionamento dessas instituições voltadas para o público infantil.

É importante destacar a necessária interação das crianças com o ambiente natural, que estimula a exploração, a curiosidade e a descoberta. Sempre que possível, deve-se prover um cuidado especial com o tratamento paisagístico, que inclui não só o aproveitamento da vegetação, mas também os diferentes tipos de recobrimento do solo, como areia, grama, terra e caminhos pavimentados, tendo a participação das crianças como uma estratégia. (BRASIL, 2018, p. 66)

Nesse contexto, é possível entender que se existe um cuidado quanto à infraestrutura do espaço escolar é factual a importância de possibilitar que a criança vivencie momentos em espaços onde se tenha o contato direto com o meio ambiente, proporcionando-lhe estímulos naturais fornecidos diretamente pela natureza.

Crepaldi (2018) alerta que algumas pesquisas realizadas nos Estados Unidos comprovaram que o ambiente nos afeta diretamente; a autora cita em seu artigo que de acordo com Russel e Snodgrass (1991) as emoções estão relacionadas com o meio, influenciando diretamente nas ações do sujeito. “[...] O ambiente pode afetar nosso apetite, nosso estado mental e nosso humor, para citar alguns exemplos. Um meio ambiente saudável é sinônimo de qualidade de vida.” (RUSSEL; SNODGRASS, 1991, *apud* CREPALDI, 2018, p. 49).

Nessa perspectiva pode-se apontar o quanto é saudável para uma criança ambientes ricos em natureza, podendo ser de grande auxílio na promoção da saúde física e cognitiva, além de desenvolver habilidades motoras, sociais e emocionais.

Ainda dentro dos documentos oficiais que trazem o meio ambiente e a Educação Ambiental como fundamentais na prática educativa escolar, destaca-se a Política Nacional de Educação Ambiental, que está em vigor desde 1999, regulamentada pela Lei 9.795/99, que diz em seu artigo 1º:

Entende-se por educação ambiental os processos através dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, atitudes, habilidades, interesse ativo e competência voltados para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (BRASIL, 1999).

Nesse contexto a Educação Ambiental é associada a uma construção de valores sociais, sendo reconhecida como uma ferramenta de transformação, capaz de formar cidadãos conscientes, preocupados com bem-estar, qualidade de vida e conseqüentemente com avanços ecológicos positivos.

Embora não seja parte integradora do currículo disciplinar das escolas, essa temática sendo trabalhada de maneira interdisciplinar pode ser um instrumento sensibilizador acerca de questões ambientais que são vividas na atualidade, podendo ainda ser, para a formação da criança que inicia sua trajetória escolar, essencial na construção de sua consciência ecológica, de preservação, carinho e cuidado com o meio ambiente.

Tendo em vista que vários documentos normativos educacionais citam a natureza e seus múltiplos ambientes como um importante fator propulsor da aprendizagem, além de um direito da criança, torna-se relevante a reflexão sugerida nesse trabalho, cuja premissa é despertar a importância da Educação Ambiental nos espaços escolares de educação formal, desde a primeira infância.

É importante que essa temática não seja apenas parte de planejamentos soltos dentro de projetos sazonais ou focados apenas na área das ciências biológicas, mas que seja alocada de forma transversal e transdisciplinar em todas as disciplinas escolares.

Na próxima seção, será discutida a importância da construção da consciência ecológica no ambiente escolar desde a primeira infância.

A IMPORTÂNCIA DA CONSTRUÇÃO DE UMA CONSCIÊNCIA ECOLÓGICA DESDE A PRIMEIRA INFÂNCIA

“O que mata um jardim não é o abandono. O que mata um jardim é esse olhar de quem por ele passa indiferente” (QUINTANA, 2004, p. 134).

A tecnologia está cada vez mais presente na infância do século XXI e, é claro, as escolas buscam estar cada vez mais próximas a ofertar tudo que há de mais inovador no momento. Porém, este estudo busca ir além de telas, paredes, mesas e cadeiras da era da modernização, vamos aqui pensar a criança como um ser pertencente à natureza e buscar relevância na sua vivência com aprendizados ofertados no meio natural. Esta seção pretende compreender a importância da construção de uma consciência ecológica da criança na Educação Infantil, buscando refletir sobre como tem se dado a sua relação com a natureza ao longo do seu desenvolvimento nos espaços escolares.

A Base Nacional Comum Curricular estabelece cinco campos de experiências dos quais vão se organizar os direitos de aprendizagem da criança de acordo com cada etapa vivenciada ao longo da Educação Básica:

Considerando que, na Educação Infantil, as aprendizagens e o desenvolvimento das crianças têm como eixos estruturantes as interações e a brincadeira, assegurando-lhes os direitos de conviver, brincar, participar, explorar, expressar-se e conhecer-se, a organização curricular da Educação Infantil na BNCC está estruturada em cinco campos de experiências, no âmbito dos quais são definidos os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento (BRASIL, 2017, p. 40).

São esses campos de experiências que nortearão as práticas pedagógicas, garantindo situações de vivências, experiências e desafios para a criança, que inicia sua vida dentro do ambiente escolar. Este documento vai assegurar, por meio da normatização, que a instituição proporcione momentos que ensinem a criança a construir seus conhecimentos e ser o principal sujeito de sua aprendizagem, entendendo a si, o outro e o meio; elaborando, assim, sua própria visão de mundo. Quanto ao quinto campo de experiência: Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações, a BNCC destaca que:

As crianças vivem inseridas em espaços e tempos de diferentes dimensões, em um mundo constituído de fenômenos naturais e socioculturais. Desde muito pequenas, elas procuram se situar em diversos espaços (rua, bairro, cidade etc.) e tempos (dia e noite; hoje, ontem e amanhã etc.). Demonstam também curiosidade sobre o mundo físico (seu próprio corpo, os fenômenos atmosféricos, os animais, as plantas, as transformações da natureza, os diferentes tipos de materiais e as possibilidades de sua manipulação etc.) e o mundo sociocultural (as relações de parentesco e sociais entre as pessoas que conhece; como vivem e em que trabalham essas pessoas; quais suas tradições e seus costumes; a diversidade entre elas etc.) [...] (BRASIL, 2017, p. 42).

Considerando que a natureza aparece como uma importante ferramenta instigante da curiosidade infantil, por se tratar de um ambiente de diferentes estímulos como cores, cheiros, formas, tamanhos e espécies de vida, ela pode ser usada de forma mais assídua e estimulante durante as aulas, como por exemplo, levar a criança para fora de sala para realizar atividades em áreas naturais. Essa prática pode auxiliar no desenvolvimento do educando, fazendo-o explorar seus sentidos, realizar descobertas, aprender por meio da observação, estimular a criatividade e, brincando, ampliar seu sentimento de pertencimento da natureza, possibilitando que ela construa, por meio dessa vivência, um vínculo afetivo em sua relação com o meio ambiente, gerando por consequência um pensamento ecologicamente positivo.

Segundo Crepaldi:

Pensar a Educação Ambiental para crianças pequenas passa por estimular que elas subam em árvores, brinquem lá fora, brinquem entre si estabelecendo regras, desenvolvendo sua autonomia – e que tenham as experiências ambientais na prática (2018, p. 48).

Refletir sobre os benefícios que a natureza pode trazer para a criança, que está em pleno desenvolvimento, também nos leva a compreender que essa criança, ao crescer, estará com uma mentalidade formada em relação às boas vivências e memórias que se construiu durante a infância no meio natural, fazendo com que possivelmente essa consciência ecológica aconteça.

Richard Louv, um americano especialista em direito da infância, também jornalista e escritor, criou o termo “transtorno de déficit de natureza”, e o citou pela primeira vez em seu livro ‘A última criança na natureza’ (*The last child in the woods*), de 2005. Segundo Louv, esse vocábulo não se trata de um conceito científico, mas de um termo linguístico que ele usou para descrever a sensação de desconexão da natureza que tem visto atualmente. O autor atribui o fato de que cada vez mais as crianças têm apresentado problemas físicos e mentais devido a essa falta de contato com o mundo natural. Em seu livro, Louv cita a natureza como essencial na vida de todos os seres humanos, mas direciona um olhar especial para a criança, alegando que é nessa fase de desenvolvimento que vínculos importantes acontecem:

[...] refazer o elo rompido entre jovens e a natureza – é de nosso próprio interesse, não só porque a estética ou a justiça exigem, mas também porque nossa saúde mental, física e espiritual depende disso. Além disso, a saúde da terra está em jogo. Como os jovens reagem à natureza, e como vão criar os próprios filhos, acaba delineando as configurações e as condições das cidades, dos lares, do cotidiano em geral. (LOUV, 2005, p. 25)

Ainda de acordo com o autor, a importância de manter viva essa consciência ecológica na criança pode resultar em um cidadão com princípios de um pensamento sustentável, capaz não só de beneficiar as gerações atuais e futuras, como também a própria natureza, que precisa ser cuidada e preservada. Para além da construção desse pensamento, ele alerta ainda o quanto é benéfico para a sua saúde se desenvolver em ambiente natural:

Diversos desses estudos sugerem que a exposição cuidadosa dos mais jovens ao meio ambiente pode até ser uma poderosa forma de terapia para transtornos do déficit de atenção e outras doenças. [...] hoje podemos supor que, assim como necessitam de uma boa alimentação e um sono adequado, as crianças também precisam de contato com a natureza (LOUV, 2005, p. 25).

A natureza é um ambiente historicamente social, em que desde os primórdios todos nela convivem: adultos, jovens e crianças. Porém, pensar em preservação e sustentabilidade não é algo intrínseco ao ser humano, mas que se aprende. Logo, a escola como um importante espaço educativo pode trazer o despertar dessa consciência ecológica na criança, trabalhando com mais destaque essa temática desde a Educação Infantil, fazendo da natureza e do meio ambiente ferramentas propulsoras de ensino atuantes dentro das práticas pedagógicas.

Na seção a seguir serão apresentadas como essas vivências e interações com o meio contribuem no processo de construção do sujeito e como essas experiências beneficiam a criança por meio do brincar livre na natureza.

VIVÊNCIAS E INTERAÇÕES COM O MEIO AMBIENTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: O BRINCAR NA NATUREZA

“A infância é o tempo de maior criatividade na vida de um ser humano” (PIAGET, 2001, p. 20).

A escola, como um importante espaço de ensino, tem a oportunidade e o privilégio de proporcionar vivências e experiências nos primeiros anos de vida da criança, que vão delinear e formar os cidadãos do futuro. A educação pode, então, contribuir na construção de sujeitos mais cientes e atuantes na preservação da natureza (RAMBO; ROESLER, 2019). O papel da escola em aproximar a criança da natureza em busca de uma sustentabilidade almejada é essencial na construção de um indivíduo com atitudes positivamente ecológicas, sendo também capaz de nele desenvolver habilidades de preservação e participação no cuidado com o meio ambiente.

Uma criança com uma vivência e um contato mais próximos da natureza gera vínculos que são criados por meio de brincadeiras, podendo resultar em aprendizagem e conhecimento. Segundo Seber (1989, p. 14): “O conhecimento é construído durante as interações da criança com o mundo”. A autora ainda aponta que é importante que seja nessa fase a inclusão da Educação Ambiental na vida da criança, porque é na primeira infância que muitos valores são formados.

Portanto, a escola pode ser o elo que oportunizará essas vivências e experiências à criança e ao professor, o orientador que fará com que aprendizagem, desenvolvimento e natureza se relacionem na sua prática pedagógica. Nesse sentido, Rambo e Roesler ainda sugerem que:

[...] a escola ao proporcionar espaços abertos, ao ar livre, em contato com a natureza para a criança brincar, pode contribuir para a construção de regras, de valores, e cuidados que poderão acompanhá-la durante todo seu desenvolvimento. (RAMBO; ROESLER, 2019, p. 119).

Brincar ao ar livre pode resultar em aprendizados importantes e significativos para a criança, por se tratar de algo exploratório e instigante,

PRODUÇÃO DE NOVOS SABERES DO CURSO DE PEDAGOGIA DA UNISUAM: DISCUSSÕES E PRÁTICAS DE ENSINO NA CONTEMPORANEIDADE

além de ser saudável e natural. Louv (2005) cita a criança com um desenvolvimento saudável como sendo aquela que está com sua infância inserida e baseada em uma interação diária com a natureza e o brincar como atividade característica da infância, e importantes aliados para essa conexão são:

O exercício físico e a conexão emocional que as crianças desfrutam em brincadeiras não estruturadas são mais variados e menos relacionados ao tempo cronometrado do que as experiências nos esportes organizados. O tempo para brincar - em especial o brincar livre, não estruturado e exploratório - é cada vez mais reconhecido como componente essencial do desenvolvimento infantil saudável (LOUV, 2005, p. 70).

O brincar livremente, sem tempo ou regulamentos pré-determinados, possibilita às crianças criarem suas próprias regras e conceitos e nessa relação de troca com o outro construir sua autonomia e se desenvolver como indivíduo, sendo capaz de formar suas próprias ideias e opiniões. Portanto, sabendo que o brincar é citado na BNCC como um direito de aprendizagem da Educação Infantil, conciliar ensino e natureza pode trazer, além de conhecimento, saúde e bem-estar para o desenvolvimento pleno da criança.

É preciso também considerar que ao citar a escola como espaço que ensina, educa e possibilita essas vivências, precisamos ir além da extensão da sala de aula, pois:

[...] não só ela é espaço de aprendizagem. Nesse conceito, todo lugar em que a criança possa trocar experiências e se sentir viva, disposta e motivada a aprender, pode ser visto como espaço de aprendizagem, principalmente se nesse espaço se possibilitar à criança o contato com elementos da natureza. (RAMBO; ROESLER, 2019, p. 120)

Nesse contexto, o brincar em áreas naturais possibilita também o desenvolvimento autônomo da criança, pois ela vai, por meio da curiosidade, buscar construir seus próprios conhecimentos e, ao explorar a natureza, desenvolver sua criatividade, iniciativa e autoconfiança. Além disso, o ambiente natural também proporciona, segundo Barros: “[...] benefícios mais ligados aos campos da ética e da sensibilidade, como encantamento, empatia, humildade e senso de pertencimento” (2018, p. 17). Nesse sentido é legítimo dizer que o brincar e seus benefícios podem ser potencializados com o brincar ao ar livre, em espaços abertos e ambientes naturais.

Por fim, entende-se que sendo o brincar, além de um direito, uma ferramenta importante que deve estar presente na prática pedagógica de aprendizagem da Educação Infantil e sendo o lúdico um cúmplice para que seja possível essa magia acontecer durante o aprender brincando, é possível dizer que a natureza se torna uma importante aliada nesse processo, sendo o cenário mais antigo, natural e ideal para ocorrerem os mais importantes, criativos e marcantes momentos de aprendizado e brincadeira na vida de uma criança.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma criança corre e sobe em uma árvore fingindo estar fugindo do lobo mau, outra observa uma formiga e a segue para descobrir onde é seu formigueiro, uma terceira pega um galho seco que se transforma em uma varinha mágica e sai por aí fazendo magias. São crianças, estão brincando, estão deixando a imaginação fluir. Explorando, descobrindo, criando, aprendendo e fazendo o lúdico acontecer. E é nessa fantasia dentro desse cenário de infinitas possibilidades que ela aprende, livre, ao ar livre, a natureza ensina. Ensina a criança, o adulto, a quem a observa e se entrega ao aprender.

Mediante tantos termos técnicos, padrões, regras e normas de escrita para a conclusão deste estudo, nos engajamos na difícil tarefa de não romantizar a natureza, mas falarmos sobre ela com uma intencionalidade racional a fim de alcançar nossos objetivos em relação ao tema. Descobrimos o quão desafiador é tratar de maneira técnica as coisas mais sensíveis e singelas desse mundo, como a criança e a natureza.

Buscamos, por meio dessa pesquisa, compreender a necessidade de haver essa conexão dos pequenos com a mãe Terra desde cedo e, nessa busca, refletimos sobre como podemos agir para que de fato esse elo aconteça. Não queremos ser aqui repetitivos, mas não é possível deixar de enfatizar o quanto se percebe a necessidade e a importância de fazer a criança crescer e evoluir em meio a árvores, chão de terra, plantas e animais.

A natureza é benéfica para todos nós e devemos enxergar o quanto esse elo deve ser restaurado. A urbanização, a tecnologia e os dias corridos da cidade grande têm roubado de nós essa vivência diária, mas não é tarde, ainda dá tempo de resgatarmos essa conexão e para isso precisamos começar recuperando essa geração a fim de modificar as futuras.

A natureza é um rico espaço de criatividade, de fantasia, imaginação e aprendizagem e os docentes são os facilitadores dessa jornada na vida do aluno. É necessário que haja uma ressignificação da natureza na vida de nossas crianças e restaurar essa ligação é papel de todos nós.

REFERÊNCIAS

BARROS, Maria Isabel Amando (org.) **Desemparedamento da infância: a escola como lugar de encontro com a natureza**. Rio de Janeiro: Ed. Alana, 2ª edição, 2018.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/>>. Acesso em: 30/09/2020.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009**. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Diário Oficial da União, Brasília, 18 de

dezembro de 2009, Seção 1, p. 18. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2298-rceb005-09&category_slug=dezembro-2009-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 12/10/2020.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/SETEC. **Currículo Referência: políticas públicas para a educação profissional e tecnológica**. Brasília: MEC, 2018. BRASIL. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=141451-public-mec-web-isbn-2019-003&category_slug=2020&Itemid=30192>. Acesso em: 11/10/2020.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros Nacionais de Qualidade da Educação Infantil**. Brasília: MEC, 2019. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/2020/141451-public-mec-web-isbn-2019-003/file>>. Acesso em 12/10/2020

BRASIL. Política Nacional de Educação Ambiental; Câmara da Educação Ambiental. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/ealegal.pdf>>. Acesso em: 21/10/2020.

CREPALDI, Geise Daniele Milagres. Crianças, vão brincar lá fora! **Cadernos da Pedagogia**, v. 12, n. 23, 2019. Disponível em: <<http://www.cadernosdapedagogia.ufscar.br/index.php/cp/article/viewFile/1177/418>>. Acesso em: 01/09/2020.

LOUV, Richard. **Last child in the woods: saving our children from nature-deficit disorder**. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/1937156X.2006.11949572>>. 2005. Acesso em: 01/09/2020.

PIAGET, J. Criatividade. In: VASCONCELOS, M. S. (Org.). **Criatividade: psicologia, educação e conhecimento do novo**. São Paulo: Moderna, 2001.

QUINTANA, Mário. **Rua dos Cataventos e outros poemas**. Porto Alegre: Editora L&PM, 2014.

RAMBO, Graciele Cristiane; ROESLER, Marli Renate Von Borstel. Vivência com a natureza no ambiente escolar na primeira infância e sua relevância para construção do respeito e cuidados com o meio ambiente. **Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)**, v. 14, n. 1, p. 111-131, 2019. Disponível em: <<https://periodicos.unifesp.br/index.php/revbea/article/view/2698>>. Acesso em: 01/09/2020.

RILKE, Rainer Maria. Poema. *In*: REACHERS, Sammis (Org.). **Árvore, uma antologia poética**. Rio de Janeiro: Recanto das Letras, 2018.

SEBER, Maria Glória. **Construção da inteligência pela criança: atividades do período pré-operatório**. São Paulo: Editora Scipione, 1989.